

# UMA INTRODUÇÃO À CRÍTICA AMBIENTAL NO EXTREMO SUL DOS ANOS 70

DANIEL PORCIUNCULA PRADO\*

BREAD SOARES ESTEVAM\*

**RESUMO:** A década de 1970 foi marcada pelo advento do “Milagre Econômico”, e a cidade do Rio Grande/RS, por sua localização estratégica e sede do único porto marítimo gaúcho, acabou por sediar a construção do Distrito Industrial (DIRG). O presente texto procura apresentar a crítica ambiental desenvolvida pela Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, núcleo Rio Grande (AGAPAN), através de crônicas ecológicas publicadas no Jornal Agora entre os de 1978-79. Os aportes teórico-metodológicos utilizados são os da História Ambiental.

**PALAVRAS CHAVES:** História Ambiental, Rio Grande, AGAPAN, Crítica Ambiental.

**ABSTRACT:** The 1970s was marked by the advent of the “Economic Miracle”, and the city of Rio Grande / RS, for its strategic location and headquarters of the only seaport of Rio Grande do Sul, it turned out to host the construction of the Industrial District (DIRG). This article presents the critical environmental protection developed by state association of the Natural Environment, core Rio Grande (AGAPAN), through ecological essays published by the Jornal Agora between 1978-79. The theoretical-methodological contributions used are those of Environmental History.

---

\* Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Historiador Ambiental e coordenador do Grupo de Trabalho Pesquisa e Extensão em História Ambiental (GTPEHA). Doutor em Educação Ambiental (FURG). E-mail: danielhistprado@yahoo.com.br.

\*\* Educador Social da Prefeitura Municipal do Rio Grande. Bacharel em História e Mestre em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: bsestevam@yahoo.com.br

**KEY WORDS:** Environmental History, Rio Grande, AGAPAN, Environmental Criticism.

Devido aos diversos ciclos de desenvolvimento capitalista (portuário, industrial etc) experienciados ao longo dos séculos XIX e XX e seus resultantes impactos socioambientais, a cidade do Rio Grande/RS se oportuniza como um território por excelência para a pesquisa em história ambiental.

O presente artigo expõe algumas frentes de luta ecológica protagonizadas pela entidade AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural), que utilizava como ferramenta de denúncia a publicação de crônicas ecológicas noticiadas no *Jornal Agora*, do município do Rio Grande, ao final da década de 1970. As “Crônicas Ecológicas” foram escritos de ativistas que problematizaram temas socioambientais sobre o referido município do extremo sul do Brasil.

Entendemos que a produção de crônicas publicadas nos anos de 1970 se enquadram no conceito de “crítica ambiental”, conceito este desenvolvido pelo historiador José Augusto Pádua (2002), que teve como estudo os discursos de intelectuais e políticos das últimas décadas do Brasil colonial e período imperial. A crítica ambiental também foi aplicada por Daniel Prado (2011), que buscou a partir de Pádua (2002) uma aproximação desta teoria em Henrique Roessler, ativista que, quando de sua atuação em lutas conservacionistas e preservacionistas, também se utilizou da escrita de crônicas como frente de lutas ambientais entre os anos 50 e 60 no jornal gaúcho *O Correio do Povo*.

### **História Ambiental**

A história ambiental emerge no contexto da década de 1970, em um movimento de historiadores e biólogos norte-americanos em reposicionar os estudos históricos frente à crise ambiental da segunda metade do século XX e em meio à emergência de movimentos contra culturais e aos encontros internacionais de Meio Ambiente organizados pela ONU e Clube de Roma.

do poder faz parte desse nível de análise<sup>2</sup>.

Ainda citando Worster:

...formando um terceiro nível de análise para o historiador, vem aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza. As pessoas estão constantemente ocupadas em construir mapas do mundo ao seu redor, em definir o que é um determinado recurso, em determinar que tipos de comportamento podem ser ambientalmente destrutivos e devem ser proibidos – de modo mais geral, em escolher os fins das suas vidas<sup>3</sup>.

Tendo por referência estes marcos, elencamos relatos da AGAPAN, núcleo Rio Grande, que teceram uma crítica ambiental aos modelos de crescimento que se cristalizavam neste município.

Posicionamo-nos em fazer uma história ambiental de acordo com a quarta característica descrita por Drummond, relacionando ao segundo e terceiro níveis de trabalho de Worster e articulando-os com a crítica ambiental de José Augusto Pádua.

A história ambiental é uma ferramenta capaz de debater importantes problemas que emergem da relação sociedade/natureza, como os modelos econômicos adotados e sua repercussão nos ambientes naturais, envolvendo estudos e reflexões sobre o contexto histórico-ambiental (internacional, nacional, regional e local), os movimentos ecológicos e suas críticas ambientais, os modelos societários, e ainda as representações, ideias de natureza que se constituem no decorrer do processo histórico.

Com o advento da Revolução Industrial, a cultura ocidental moderna desenvolveu um modelo de sociedade marcado pela pressão e exaustão dos elementos naturais e da transformação permanente do ambiente.

O mesmo berço que gestou o capitalismo industrial também constituirá o campo das ciências da natureza no século XIX. O

---

2 Woster, 1991, p.202.

3 Idem.

Para Donald Worster (1991), a História Ambiental parte de um esforço revisionista em tornar a disciplina da História mais inclusiva em suas narrativas. Acima de tudo, a História Ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolve sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e “supranatural”, de que as conseqüências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas. Ainda conforme Worster, a História Ambiental trata do papel e do lugar da natureza na vida humana.

Para interpretarmos os processos históricos a partir da história ambiental, dispomos de algumas características metodológicas e analíticas. Posicionamos nossas pesquisas no que Drummond (1991) denomina de uma quarta característica metodológica da história ambiental, no que refere ao nosso foco reflexivo e nossas fontes de estudos.

...da importância especial para os historiadores que valorizam as fontes, é a grande variedade de fontes pertinentes ao estudo das relações entre sociedades e o seu ambiente. Podem ser usadas as fontes tradicionais da história econômica e social censos populacionais, econômicos e sanitários, inventários de recursos naturais, **imprensa**, leis e documentos governamentais, atas legislativas e judiciárias, crônicas. Neles se encontrarão informações abundantes sobre os conceitos, os usos, os valores atribuídos e a disponibilidade de recursos naturais<sup>1</sup>.

Donald Worster (1991) fala em três níveis que organizam o trabalho da história ambiental, na qual citaremos abaixo os dois em que estamos atuando.

O segundo nível da história ambiental introduz o domínio sócio-econômico na medida em que este interage com o ambiente. Aqui nos preocupamos com ferramentas e trabalho, com as relações sociais que brotam desse trabalho, com os diversos modos que os povos criaram de produzir bens a partir de recursos naturais...O poder de tomar decisões, inclusive as que afetam o ambiente, raramente se distribui de forma igualitária por uma sociedade, de modo que descobrir as configurações

---

1 Drummond, 1991, p.182, o grifo é nosso.

biólogo Ernest Haeckel publicou a obra *Morfologia Geral dos Organismos*, fundando, assim, uma disciplina chamada Ecologia. A Ecologia então, teria a função de estudar as relações entre as espécies animais e vegetais e seu *habitat*. A partir disso, começava-se o despertar de uma consciência ecológica científica moderna<sup>4</sup>.

No contexto nacional, discursos de proteção à natureza podem ser lidos em muitos momentos da história do Brasil. Em *Um Sopro de Destruição*, livro que retrata uma história ambiental do Brasil nos séculos XVIII e XIX, Pádua (2002) nos mostra como, por exemplo, José Bonifácio, um dos principais intelectuais atuantes no processo de Independência, já no início do século XIX preocupava-se intensamente com as práticas de desmatamento e queimadas, alertando para a possível desertificação das terras e o dessecamento das águas.

Na década de 50 do século XX, também podemos identificar tais discursos em inúmeros artigos jornalísticos escritos por Henrique Luiz Roessler, que em 1955 fundou a União Protetora da Natureza (UPN), sediada no município de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

Na década de 1960, Rachel Carson escreveu *Primavera Silenciosa*. O escrito, de grande repercussão dentro do pensamento ambientalista, denunciava o uso de agrotóxicos e a relação desta prática com o aumento de doenças entre agricultores e consumidores. A obra provocou enorme repercussão entre a opinião pública ocidental, alimentando a gestação de um movimento ambientalista de cunho mais político e orgânico. O termo Ecologia passaria a não designar somente uma disciplina científica, mas sim um campo do pensamento e ativismo político, com bandeiras de lutas que repercutiriam em diversos movimentos sociais.

Dentro do amplo espectro que produz o pensamento ecológico, Lago e Pádua (1985) identificam quatro nascedouros destas ideias: a Ecologia Natural, a Ecologia Social, o Conservacionismo e o Ecologismo. Os dois primeiros polos do pensamento ecológico são vinculados à questões teórico-científicas e as duas últimas manifestações são voltadas à atuação social, constituindo-se no movimento ecológico. Ainda

---

4 Lago & Pádua, 1985.

segundo estes autores, a linha divisória entre Conservacionismo e Ecologismo é branda e em muitos momentos participam de lutas similares. O Conservacionismo tende a criticar aspectos da estrutura que promove agressões à natureza, já o Ecologismo acabou por desenvolver uma crítica ao sistema industrial, não se limitando a defesa do meio natural, questionando o modo de vida e participando de lutas de caráter social.

Neste sentido, cabe ainda um estudo, não exatamente de enquadramento, mas de tangenciamento da AGAPAN e das ações de seus ativistas com estas áreas, das suas influências, clivagens e mesmo das contribuições destes diversos campos do pensamento ecológico para a formação e atuação desta entidade.

A germinação da AGAPAN dá-se em um contexto marcado no plano internacional de emergência de diversos movimentos sociais, dentre estes o movimento ecológico. A partir da década de 1960 surgiram movimentos ecléticos, como a luta feminista, dos direitos civis, da luta contra a segregação racial, dos homossexuais etc. Diversos seguimentos sociais pautavam seus discursos ultrapassando as barreiras da crítica ao capitalismo, e elegiam diversas outras bandeiras para além daquelas adotadas pelo movimento operário<sup>5</sup>.

O contexto mundial do pós-guerra será marcado por diversos processos históricos, tais como a Guerra Fria, o conflito no Vietnã, o surgimento do *rock-and-roll*, o movimento *hippie*, a expansão da comunicação de massas etc. Tais canários fazem parte das raízes históricas da qual irá surgir o movimento ambiental.

Lutas diversas como desmatamento e queimada das florestas, extinção de espécies, uso de agrotóxicos e cultivo da monocultura de grande porte, urbanização não planejada, explosão populacional, poluição industrial através das emissões atmosféricas, efluentes líquidos e resíduos sólidos sobre os ecossistemas, construção de barragens e hidroelétricas, erosão dos solos, corrida armamentista e ameaça nuclear no confronto das duas superpotências (EUA X URSS) etc, se constituirão em problemáticas que fizeram parte daquele ambientalismo emergente do pós-guerra.

---

5 Gonçalves, 2002.

No Brasil, ao final da década de 1970, diversos exilados que haviam se envolvido em lutas ambientais na Europa voltam anistiados e unificam suas ações com experiências genuinamente brasileiras<sup>6</sup>. No Rio Grande do Sul as articulações ambientais desencadearam na entidade AGAPAN, criada em abril de 1971 no centro de Porto Alegre/RS.

Fundada por José Lutzenberger, Nicolau Campos (discípulo de Henrique Luiz Roessler), Augusto Cunha Carneiro e outros, a AGAPAN iniciou sua militância denunciando a degradação do lago Guaíba causada pela produção de celulose, na grande Porto Alegre.

Segundo Bones e Hasse (2007), a entidade reunia simpatizantes durante as segundas-feiras, onde Lutzenberger fazia pronunciamentos, promovia debates, palestras, abaixo-assinados, e com o fundamental apoio de Augusto César Cunha Carneiro (organizador da estrutura e tesoureiro da entidade) protagonizavam diversas lutas ambientais. Dentre as bandeiras pautadas pela AGAPAN, destacamos o enfrentamento à expansão da revolução verde no Brasil, denúncias contra as podas indiscriminadas de árvores, a poluição do lago Guaíba causada pela emissão de poluentes da indústria celulósica *Borregard*, a confecção de material educativo-ambiental, assessorias e consultorias pela criação de áreas de preservação, o caso da Maré vermelha na praia do Hermenegildo em Santa Vitória do Palmar (fronteira com o Uruguai), críticas direcionadas à construção da estrada federal Transamazônica (projeto de grande envergadura levado a cabo pela ditadura militar nas regiões norte e nordeste do país), etc.

Nesta mesma década de 1970, a AGAPAN viria a constituir um núcleo na cidade do Rio Grande/RS. A entidade foi fundada por Luiz Felipe Pinheiro Guerra e outros ecologistas do município, que prontamente iniciaram uma frente de luta ambiental. Com a criação do núcleo riograndino, a entidade encabeçou lutas ecológicas locais, além de reverberar as bandeiras regionais e nacionais. Dentre alguns mecanismos de denúncia, surgia a prática de crítica ambiental pelo viés da publicação de crônicas

---

6 Idem.

ecológicas.

Através destas crônicas, os ecologistas teciam variadas reflexões, e no caso analisado por este artigo, uma crítica ambiental se estruturou tendo como eixo a implantação do distrito industrial, o DIRG.

Sob a égide dos Governos Militares da década de 1970 e como resultado do “milagre econômico”, Rio Grande recebeu incentivos financeiros para a ampliação de seu complexo portuário-industrial e universitário. As obras feitas com a intenção de fomentar o crescimento econômico se converteram na criação de um potente polo industrial, marcadamente com a presença de fábricas de produção de adubos químicos, na qual os impactos social e ambiental tornavam-se cada vez mais crescentes.

É neste contexto de forte desenvolvimento e investimentos na economia do município, que o movimento ecológico apontava a crise socioambiental como resultado direto do modelo urbano-industrial insustentável que se impunha com força em Rio Grande.

Avançando nas formulações práticas e teóricas, o movimento ecológico riograndino passava a unificar um discurso em que contrapunha o modelo de modernidade que então se dinamizava, articulando as denúncias de injustiça social com as questões ambientais.

### **CRÍTICA AMBIENTAL: CRÔNICAS ECOLÓGICAS E O DIRG**

Se por um lado a economia local se modernizou, dinamizando a geração de empregos e tributos, também deve-se pontuar a crescente concentração de renda e formação de periferias desassistidas pelo poder público, questões estas que ainda merecem uma análise cuidadosa e acurada por parte da historiografia local. É neste contexto que os ativistas da AGAPAN construía suas análises, por ser uma zona estuarina com grande riqueza ecossistêmica e estando o DIRG localizado entre o oceano Atlântico e a enseada conhecida por “saco da mangueira”.

O polo industrial tornou-se um foco de poluição ambiental

com a emissão de resíduos tecnogênicos, dentre eles, emissões de efluentes líquidos, emissões atmosféricas e resíduos sólidos gerados pela concentração da produção industrial naquela localidade.

Conforme Vieira e Rangel (1983), as fontes poluidoras que operavam em Rio Grande liberavam produtos tóxicos de elevada nocividade, como gás carbônico, óxido de carbono, bióxido de enxofre, diversos compostos químicos, substâncias sólidas em suspensão no ar atmosférico, produtos liberados do refino de petróleo, mercúrio, chumbo, cádmio e o perigoso cancerígeno benzopireno. Somando-se às empresas industriais, outros principais agentes de poluição que desencadeavam tais impactos eram os de transportes rodoviário, ferroviário e hidroviário-marítimo.

O programa de industrialização do Brasil fez parte da expressão de um projeto de desenvolvimento das forças produtivas através do incentivo do Estado brasileiro, desencadeado a partir da década de 1930 com o Governo Vargas, onde o Estado assumiu o papel de gerente na economia nacional, e o período histórico em análise neste artigo, a década de 1970, marcou o ápice desse projeto. Nesse momento, a organização econômica da sociedade brasileira configurava-se cada vez mais como urbano-industrial, e Rio Grande seria exemplo deste paradigma, passando por intenso investimento estatal para a construção de seu polo de indústrias.

Realizando um contraponto a esta opção desenvolvimentista, as *Crônicas Ecológicas* direcionavam análises acerca do projeto de implantação do DIRG. Este modelo passava a ser questionado pelos ambientalistas, provocando nos cronistas da AGAPAN uma reação de crítica e relativização acerca dos supostos benefícios trazidos pelas indústrias, e mesmo diante do ufanismo típico da época do milagre econômico que então se delineava no extremo sul do país. Naquele momento, a cidade do Rio Grande seria instituída pelo Governo Federal como Área de Segurança Nacional, pelo seu posicionamento de fronteira com o Uruguai, pela forte presença militar com o Exército e Marinha brasileira e por sediar o único porto marítimo do estado gaúcho.

Luiz Felipe Guerra foi um dos principais ativistas e cronistas

da AGAPAN núcleo Rio Grande, e em novembro de 1978, expunha a construção de infraestrutura nas imediações do bairro denominado Mate Amargo, onde placas de empreiteiras de engenharia anunciavam obras de grande escala para dar suporte à dinâmica industrial que então se delineava.

Em rápida esticada até ao Cassino, deparamos com mais progresso naqueles paramos. Do dia para a noite, descendo o viaduto da Rede Ferroviária, proximidades do “Mate Amargo”, imponentes placas de firmas empreiteiras de engenharia surgiram prenunciando que canteiros de obras do canal adutor de 25 Km de extensão amenizará a sede de água industrial de que o Distrito da 4 Secção da Barra está a ressentir. (Jornal Agora, 08/11/78)

Rio Grande naquele momento se convertia em um canteiro de vultosas obras, com destaque à construção de um canal adutor que transportaria águas do canal São Gonçalo (limites entre Rio Grande e Pelotas) até a área do DIRG. Guerra tecia críticas e questionamentos:

Já que o assunto é água, convém argüirmos nossas forças vivas de “papareias” sobre o destino que será dado a tanta água usada. Será tratada convenientemente antes de ser lançada no canal do Porto de Rio Grande? (Jornal Agora, 08/11/1978)

Guerra interrogava o destino, finalidades da obra e as condições do manejo do recurso (elemento) natural água. A questão apontada problematizava a ausência de planejamento adequado na utilização dos recursos hídricos que eram direcionados para alimentar o funcionamento do distrito industrial e das demais grandes obras de engenharia que se avizinhavam.

Em dezembro de 1978 era publicado um poema tecendo duras críticas ao crescimento econômico e suas consequências, assinalando algumas particularidades de como estava se procedendo a relação sociedade x natureza em Rio Grande, tendo como eixo a situação do balneário Cassino e o início da temporada de veraneio.

Seja bem-vinda, Temporada de Praia... Dunas ausentes, Por motivos influentes. Gigantescos contornos matizados de dourado Onde o visitante repoltreava sua satisfação na cálida areia. Hoje, quimera... Lembrança mórbida dos dias de antanho Onde o assanho benfazejo das gaivotas, hoje mortas, Loucas, alucinadas, acossadas Pela arminha de salão. Seja bem-vinda, Temporada de Praia... Da fumaça chegando lá. Triste anseio do progresso desonesto Onde só o lucro fácil tem valor. Fumaça cegante, asfixiante, crescente das árvores em redor local onde nenhum herbívoro se atreve a ruminar. Poluição sem par, Nuvem envolvente que empenha o olhar. Tolhe a visibilidade Adentra os olhos inibe nossa acuidade Mas, não consegue penetrar na consciência De nossas autoridades... Seja bem-vinda, Temporada de Praia... Da ausência de opções de lazer O que fazer? Ante o “Bolacha” fechado O “Arroio dos Macacos” conspurcado Vilipendiado pela atroz retificação. As árvores da 4 Secção destroçadas Aprisionadas. O mato aramado. Seja bem-vinda, Temporada de Praia... Dos caminhões a lavarem seus tanques no “Vieira”, As fábricas, seus filtros no “Senandes”, A cidade avançando, aprisionando. O surto imobiliário desapropriando O Balneário em si travestido Em cidade-dormitório. Seja bem-vinda, Temporada de Praia... Do depósito de argamassa a afrontar o plano diretor. Hoje um simples depósito, amanhã uma fábrica, depois uma cidade A SE MUDAR PARA MAIS LONGE “NOVO CASSINO”? ... “CASSINO SUL”? E assim sendo, a mudar nossa mentalidade, Um dia chegaremos a Hermenegildo. Hermenegildo... Bem!... Hermenegildo?!...

(Jornal Agora, 04/12/78)

A partir do poema, podemos mapear alguns impactos ambientais transcorridos com o processo de crescimento econômico nos anos de 1970, como a utilização da areia das dunas da praia do Cassino para o aterro de instalações industriais e urbanas; a caça de aves nativas; poluição atmosférica provinda das fábricas de adubo; a utilização dos arroios do município para lavagem dos tanques dos caminhões e filtros das empresas; a expansão demográfica; fomento da construção civil descontrolada com a expansão urbana não-planejada.

A crítica ambiental que então se delineava compreendia diversos aspectos do chamado desenvolvimento, incluindo o processo de instalação das fábricas no distrito industrial de Rio Grande. Os empreendimentos industriais já em meados da década de 1970 eram planejados e implantados sem consulta popular, restando à população local a aceitação pacífica.

Questão de tempo, apenas, e a Eluma S/A fará parte do complexo fabril do Distrito Industrial da 4.ª Secção da Barra, cuja área designada já está sofrendo terraplanagem.

A previsão aponta o ano de 1984 para a entrada em operação da primeira etapa do empreendimento metalúrgico, sendo que, naquele ano, pretende-se produzir 100mil toneladas de lingotes e demais subprodutos. Até 1987, a Eluma aumentará sua produção em mais de 50 mil toneladas.

(Jornal Agora, 09/12/1978)

#### Ainda citando Guerra:

Foi a possibilidade de “aproveitamento do ácido sulfúrico para fins industriais, além das reservas minerais de cobre e carvão do Estado”, que lograram êxito em escolher o Distrito Industrial de Rio Grande para implantação de referido complexo metalúrgico.

(Jornal Agora, 09/12/1978)

O discurso reverberado pelo poder público e pela empresa mineradora Eluma S/A apontava uma minimização da poluição, alegando-se a utilização de tecnologias avançadas que conteriam os impactos ambientais advindos dos processos de industrialização. Em que pese as alegações apontadas pelos investidores, o ambientalismo da AGAPAN contrariava a tese das tecnologias anti-poluidoras, em especial aquelas utilizadas na transformação de metais pesados como o cobre, vistas pelos críticos ambientais como altamente poluente. A questão central seria o compromisso da Eluma em reaproveitar o ácido sulfúrico utilizado no processo industrial, ações estas que, segundo a diretoria da empresa, minimizaria as emissões aéreas da poluição. A AGAPAN por outro lado ponderava os discursos modernizantes e de preservação do meio ambiente, observando que “quarenta por cento dos equipamentos que a Eluma S/A teria que utilizar para as suas atividades industriais seria forçosamente para a prevenção da poluição”.

O embate ao modelo industrial preconizado pela Eluma continuava a ser questionado:

Em crônica anterior falamos da disposição que a Eluma

possui de aqui se instalar, transformar o minério de cobre em produtos industrializáveis, tudo isso SEM POLUIR o recinto da 4.<sup>a</sup> Secção da Barra.

A uma empresa que vem com esta excelsa intenção só nos resta creditar nossas boas-vindas. Vamos, porém, tomar a cautela de salientar que metais pesados e seus resíduos, quando lançados em bruto no meio hídrico, são potencialmente nefastos à fauna ictiológica, ao plâncton e demais habitantes do mar.

(Jornal Agora, 11/12/1978)

Diversos possíveis impactos ambientais passavam a ser expressos, como a extinção de determinadas espécies marinhas: “Estamos, apenas, nos resumindo em sintetizar hipóteses que, se comprovadas, trarão malefícios a uma região que tem suas atenções voltadas para o mar, dele dependendo grande parte da sua população”.

Da mesma forma a AGAPAN criticava a desapropriação e utilização de terras em torno dos corpos hídricos para a instalação de indústrias na região do “Vieira”, áreas estas que no projeto de desenvolvimento das empresas e da Prefeitura, deveriam ficar à disposição do “progresso”.

Enche-me de curiosidade que para dar início ou andamento a obras de indústrias ou edificação de porte, logo órgãos governamentais acorrem com a máxima presteza cuidando que nenhum segundo seja desperdiçado a esmo.

(Jornal Agora, 25/01/1979)

Os gestores dos investimentos aportados na região, diretores do CEDIC, eram chamados de “apologistas de um progresso niilista”, em função sobretudo da apropriação, avanço e constantes aterramentos sobre as terras localizadas à margem do arroio Vieira.

Meu maior temor é que os grandes teóricos deste progresso discutível inexoravelmente vão terminar transformando em cloaca o lindo córrego no qual tantos veranistas atenuam a canícula dos dias de verão com um

delicioso banho de sanga.

Vem muito a propósito minha leitura sobre “As atividades industriais e as leis de proteção aos mananciais”. A referida leitura traça aspectos de relevo da legislação de defesa dos recursos hídricos urbanos. Buscam estes tópicos disciplinar o uso e ocupação do solo, através da imposição de limitações urbanísticas, nas áreas de proteção aos mananciais.

Começo a desconfiar do descumprimento destas leis no que diz respeito ao nosso Distrito Industrial, pois o que fizeram com o “Arroio dos Macacos” foi bem um exemplo da pouca atenção que os grandes homens de nossa nação procuram impingir ao meio ambiente.

(Jornal Agora, 25/01/1979)

A preocupação também abarcava a situação social dos moradores que tinham suas moradias e terras desapropriadas. O ambientalismo emergente pregava a necessidade de uma intervenção da Câmara de Vereadores para mediar e mesmo impedir o impasse e agravamento daquela realidade inevitável. A emergência de conflitos com a população local, oriundos das ações e decisões empresariais, resultaria em problemas de grande ordem, e os gestores passariam a ser acusados de promoverem uma “paranoia oportunista” sob o pretexto da geração de empregos.

Luiz Guerra possuía considerável interlocução com atores sociais e políticos, tendo auxiliado em diversos momentos a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Vereadores de Rio Grande na formulação de leis conservacionistas ao longo da década de 1970. Não restam dúvidas que o poder legislativo apoiava os investimentos oriundos do milagre econômico, entretanto, os ecos da AGAPAN acabavam, em determinada medida, sendo reverberados entre os vereadores riograndinos.

Outra problemática ambiental apontada eram as emissões atmosféricas oriundas das fábricas de adubo, e Luiz Guerra, utilizando-se de estratégia irônica, questionava se era ele o único a antever a “fumaceira das fabricas”.

Serei eu tão obcecado assim pela defesa da saúde dos outros e da minha, logicamente, que me ponho preocupado com aquelas maléficas baforadas a fluir impunemente, inclusive dos esgotos pluviais?

E quem reside nas proximidades? Como ficam as crianças que inalam toda aquela sujeira aérea?

E não venham me dizer que “é o cheiro do progresso”.

Eflúvios agressivos à epiderme. Deve ser um vesicante pulmonar por excelência. Pois, o que aquele gás de adubo pode causar na sutil intimidade de nossos alvéolos do pulmão, quando ocorre esta maravilha que se chama hematose, que explicada melhor é a troca gasosa do ar sujo oriundo de nossas células, carregado de impurezas, pelo ar extremo que e, aí reside a ironia, deveria ser límpido e isento de qualquer nocividade.

O que respiram os que habitam nas adjacências destes focos de poluição? Uma boa pergunta a espicaçar a acuidade dos técnicos que, oriundos de Porto Alegre, se hospedam no melhor hotel da cidade. Com um gostoso ar condicionado. Atendimento de primeira. Tudo por conta do controle do equilíbrio ecológico. Monitores, como gostam de serem chamados, deles já ouvi, certa ocasião em que acompanhei a imprensa em uma reportagem, que “o problema é eminentemente técnico e só a eles compete”.

(Jornal Agora, 03/03/1979)

Os moradores da denominada “Vila da Naba”, próximos do entorno da área do Distrito Industrial, eram tachados como “párias” do consumismo e do desperdício daquele modelo de sociedade que então se esboçava. Ao mesmo tempo, esta mesma população, segundo o articulista, possuía maior legitimidade que os técnicos, que “anestesiados pela conveniência”, não percebiam que os filtros colocados nas fábricas se encontravam subdimensionados.

Quem temia em sobreviver lá por aquele recinto ultrapoluído, tanto hídrico como aéreo, fustigado por aquela névoa maléfica e nauseado pelo emporcalhamento daquelas águas (também, quase inteiramente provocado pelos detritos industriais) deve ter sua visão bem diferenciada do que seja este maravilhoso progresso, tão arditamente implantado pelos idealizadores de nosso “magnífico” modelo econômico.

(Jornal Agora, 03/03/1979)

As emissões aéreas e hídricas passavam a ser claramente causadoras de impactos sobre a reprodução de espécies e a

consequente mudança nos padrões da pesca, além de atingirem o cinturão de vegetação adjacente ao polo industrial. A questão orbitava na ausência de um planejamento ambiental para Rio Grande. A exemplo do bairro Getúlio Vargas, também próximo do foco de poluição, o “maravilhoso fenômeno biológico do frutificar das laranjeiras, pereiras e abacateiros” estava comprometido. As emanações químicas do “progresso aniquilante” manchavam de óleo e diversos outros resíduos a enseada conhecida como saco da mangueira, contribuindo para a contaminação das espécies de crustáceos e pescados e comprometendo a utilização desta área para os banhos públicos.

O “saco” da mangueira, por décadas ao longo do século XX fora utilizado pelos moradores do entorno da orla como área de lazer e como balneário, sendo conhecido pelo popular nome de “Cassino dos pobres”, em referência à praia do Cassino (localizada há 20 quilômetros do centro da cidade, e que pela distância e custos, acabava por inviabilizar o deslocamento das camadas pauperizadas até aquele local). A alternativa era a utilização do “saco” da mangueira, não somente para a pesca artesanal, mas pelo seu potencial de balneabilidade pelas famílias que buscavam aquela região durante os verões riograndinos.

A bela “Noiva do Mar” de outrora é mera saga na lembrança dos mais idosos. Hoje, triste e trôpega rameira deste progresso aniquilante, está embriagada de emanações químicas. Suas águas, os recantos hídricos que delineiam a “península Papareia”, manchadas de óleo e outros resíduos, começam a se tornar impróprias à vida. Outro contribuinte para o despovoamento de nossas águas interiores é a pesca indiscriminada e predatória. Na base do “salve-se quem puder”.

(Jornal Agora, 02/04/1979)

Para os defensores dos projetos industriais, a dizimação da flora e fauna local e o comprometimento dos ecossistemas seria um irrisório preço a ser pago pela sociedade em nome do desenvolvimento econômico da região. Tal discurso se conectava ao ideário estabelecido pela ditadura militar em nível nacional, que ao se fazer representar no encontro das Nações Unidas, em Estocolmo em 1972, utilizou como estratégia de

captação de recursos e investimentos estrangeiros, o discurso anti-ambiental. Naquele contexto, diversos países participantes do encontro da ONU começavam a estabelecer legislações ambientais protecionistas e a cobrar uma maior responsabilidade em investimentos de tecnologias antipoluentes sobre o sistema produtivo. Na contramão, a ditadura militar brasileira ensaiava outro direcionamento.

Para atrair investimentos financeiros, parte do preço a ser pago pelo país foram os impactos ambientais. No extremo sul do Brasil, a opção desenvolvimentista levaria a cidade do Rio Grande ao título de “segunda Cubatão”, em uma referência a cidade do estado de São Paulo, considerada a mais poluída do Brasil nas décadas de 1970-80.

### **Considerações Finais**

O projeto de fomento do Distrito Industrial do Rio Grande (DIRG) foi marcadamente uma política desenvolvimentista capitaneada pelos Governos Militares, a partir de um projeto nacional de expansão das forças produtivas em vistas à modernização do país.

Com as Crônicas Ecológicas, podemos visualizar e problematizar diversos impactos ambientais oriundos da implantação destes polos, como emissões atmosféricas e de efluentes líquidos, geração de resíduos sólidos, expansão urbana desenfreada e sem planejamento, ausência de saneamento básico, condições de trabalho insalubres, ausência de manejo correto de elementos naturais (areia das dunas para aterro, uso de água para a indústria), desapropriação de terras para instalação de indústrias poluentes, degradação de ecossistemas, poluição desencadeada pelo refino de petróleo etc. Outro aspecto relevante a este artigo é a década em que a crítica ambiental se estrutura, em plena vigência da ditadura militar, período em que a liberdade de imprensa é suprimida, além do fato de Rio Grande ser Área de Segurança Nacional. Certamente questões estas que carecem de um maior aprofundamento.

Como demonstrado, os ambientalistas da AGAPAN teceram

duras análises ao modelo de crescimento econômico planejado pelos militares, denunciando muitas vezes em seus discursos que os industriais, políticos e gestores locais eram apologistas de um progresso nefasto, “desonesto”, “destruidor” e “avassalador”.

Não restam dúvidas de que as crônicas ecológicas escritas e publicadas no Jornal *Agora* dos anos 70 se constituíram em um importante mecanismo de crítica ambiental, problematizando temas referentes ao modelo de desenvolvimento e mesmo na relação Sociedade X Natureza.

Com este artigo, procurou-se estabelecer um debate introdutório tão caro à história ambiental, sabendo-se que há muito a ser percorrido diante da imensa possibilidade de fontes e temas acerca da região analisada, e que aqui neste espaço foram selecionadas e problematizadas apenas algumas umas poucas crônicas.

## BIBLIOGRAFIA

BONES, Elmar & HASSE, Geraldo. *Pioneiros da Ecologia: breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Já Editora, 2007.

DRUMMOND, José Augusto. *A História Ambiental: Temas, fontes e linhas de pesquisa*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991, p. 177 – 197.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os descaminhos do meio ambiente*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1993.

LAGO, Antônio & PÁDUA, José Augusto. *O que é ecologia*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

LIMA, Aida Franco. *Jornalismo e literatura como suporte à causa ambiental. Um Breve Resgate Histórico*. Disponível in: [www.agricoma.com.br](http://www.agricoma.com.br).

PÁDUA, J. A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PRADO, Daniel Porciuncula. *A figueira e o machado: uma história das raízes do ambientalismo no Sul do Brasil e a crítica ambiental de Henrique Roessler*. Rio Grande: Furg, 2011.

VIEIRA, Eurípedes Falcão; RANGEL, Suzana Salum. *Rio Grande: geografia*

*física, humana e econômica*. Porto Alegre: Sagra, 1983.

WORSTER, Donald. *Para Fazer História Ambiental*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991, p. 198 – 215.

### **Fontes de pesquisa**

*Crônica Ecológica, Agora*, Rio Grande, n. 946, 8 nov. 1978, coluna Opinião, p. 2.

*Crônica Ecológica, Agora*, Rio Grande, n. 970, 4 dez. 1978, coluna Cidade, p. 3.

*Crônica Ecológica, Agora*, Rio Grande, n. 973, 9 dez. 1978, coluna Cidade, p. 4.

*Crônica Ecológica, Agora*, Rio Grande, n. 974, 11 dez. 1978, coluna Opinião, p. 2.

*Crônica Ecológica, Agora*, Rio Grande, n. 1011, 25 jan. 1979, coluna Cidade, p. 3.

*Crônica Ecológica, Agora*, Rio Grande, n. 1041, 3 mar. 1979, coluna Opinião, p. 2.

*Crônica Ecológica, Agora*, Rio Grande, n. 1066, 2 abr. 1979, coluna Última Página, p. 8.